

## LITERATURA E POLÍTICA

**Aluna: Chiara di Axox**  
**Orientadora: Heidrun Krieger Olinto**

### **I- Introdução:**

Já dizia Aristóteles, em seu texto *Política*, que o homem é um animal político por natureza. Contudo, em certas concepções da literatura esse lado político do homem não deveria estar presente no ato da criação literária. Em compensação existem tendências – entre outras expressas por Ernesto Sabato e Salman Rushdie, por exemplo – que consideram impossível separar o homem político do escritor, pois este deve escrever suas experiências na realidade, mesmo que o conteúdo de sua ficção possa estar distante no tempo ou no espaço. As minhas indagações se situam precisamente no ponto de interseção entre a presença da política na própria literatura e a importância da literatura na esfera política em função de sua ressonância e de seu poder de persuasão.

Neste sentido, o projeto *Literatura e Política* pretendeu investigar as questões e os conceitos em torno da literatura e da política a partir da discussão de trabalhos apresentados sobre o tema no *VII Seminário Internacional de Estudos de Literatura*, em novembro de 2005 na PUC-Rio.

### **II- Objetivo:**

*Literatura e Política* teve como objetivo uma redação centrada sobre a análise de alguns dos tópicos que foram discutidos durante o referido Seminário, vinculando-os posteriormente com conceitos desenvolvidos por teóricos da literatura contemporânea.

### **III- Metodologia:**

As atividades de pesquisa iniciaram-se com leituras dirigidas centradas sobre possíveis vínculos entre literatura e política com o objetivo de entender alguns dos pressupostos teóricos subjacentes a temática em questão. Do material bibliográfico analisado, além da discussão dos trabalhos apresentados no seminário - *Filosofia e poesia* (Eduardo Jardim), *Política da memória e testemunho: gênero, violência e os limites da representação* (Marcio Seligmann-Silva), *Ars Literaria e virtude política: reflexões sobre Afonso Arinos de Melo Franco* (Berenice Cavalcante) e *Invasão da política nos terrenos da cultura* (Renato Cordeiro Gomes) - podemos destacar os seguintes textos: *Negócio arriscado: a política "transideológica" da ironia* (Linda Hutcheon), *Moldando o pós-moderno: a paródia e a política* (Linda Hutcheon), *Mikhail Bakhtin e a crítica cultural de esquerda* (Robert Stam), *Teorias do pós-moderno* (Frederic Jameson) e *The politics of Frederic Jameson's Literary Theory: a critique* (Phillip Goldstein), *O escritor e seus fantasmas* (Ernesto Sabato), *Uma literatura anfíbia* (Silviano Santiago) e *Poesia e Realidade e Poesia: uma luz do chão* (Ferreira Gullar).

A pesquisa, realizada em duas etapas, consistiu em encontros regulares com a orientadora dedicados à discussão de diversas propostas teóricas que permitem estabelecer vínculos significativos entre literatura e política. Uma atenção especial foi dada ao trabalho apresentado por Renato Cordeiro Gomes, *Invasão da política nos terrenos da cultura*. Utilizando as

conferências de *O movimento modernista* (1942), de Mário de Andrade e *O caminho percorrido* (1944), de Oswald de Andrade, no trabalho de Gomes foram debatidas as relações de escritores brasileiros com a política e a interferência desta em suas obras, dando destaque a vida e obra de Mário de Andrade.

Na segunda etapa foi preparado um ensaio baseado nos trabalhos antes referidos.

#### **IV- Conclusão:**

A conclusão deste trabalho pode ser encontrada no ensaio que segue abaixo intitulado: *Literatura e Política: política da literatura ou literatura política?*

Este trabalho consiste numa investigação sobre a relação entre literatura e política, partindo dos pressupostos teóricos apresentados nas palestras assistidas no *VII Seminário Internacional: Literatura e Política*, realizado na PUC-Rio e organizado por Heidrun Krieger e Karl Erik Schollhhammer. Com o evento pudemos ver tanto a literatura como um testemunho, a “verdade” e seus limites ao testemunhar, baseando-se em *Oréstia* de Ésquilo e *Ad Herennium* de Freud, quanto a sua relação com o pensamento platônico em *A República* e as avaliações negativas da política sobre a literatura no passado. Também foram debatidas as relações de escritores brasileiros, como Mario de Andrade e Afonso Arinos, com a política e vive-versa. Entre os trabalhos apresentados, o que mais gerou interesse ao falar das questões artísticas e políticas dentro da literatura brasileira – principalmente através da imagem de Mario de Andrade – foi o de Renato Cordeiro Gomes, *Invasão da política nos terrenos da cultura*, com argumentos valiosos para a criação de um diálogo a partir do tema com interlocutores tanto da esfera de produção literária quanto do campo da política literária e artística.

Dessa maneira, neste trabalho pretendo analisar possíveis articulações entre duas esferas distintas: o campo da literatura e o da política. Neste âmbito, interessam-me questões que permitem visualizar as distinções entre política da literatura e literatura política. A literatura deve, ou não, se envolver com idéias políticas? Existem intenções autorais por trás de cada palavra escrita, desejando induzir o olhar do leitor?

Pensar literatura e política como uma articulação indissolúvel seria inconcebível para aqueles que – a partir da ênfase sobre a anacronia da arte - consideram essa ligação como água e óleo, que não se misturam. Outros, como a teórica da literatura canadense Linda Hutcheon e o escritor anglo-indiano Salman Rushdie, por exemplo, apostam na impossibilidade de sua separação. “Hoje, para um escritor, estes são temas indissociáveis. É muito difícil separar a vida privada da vida pública. Há 200 anos, escrever um romance era algo totalmente diferente. Era possível contar a história de um personagem sem ter de abordar assuntos reais. Agora, para explicar as vidas das pessoas comuns, dos personagens, é preciso ir a um contexto mais amplo”, avalia o último numa entrevista cedida à sabatina da *Folha Ilustrada*, em 11/07/2005.

Em contraposição, há os que pensam na política da literatura, enfatizando uma arte pura, sem ligações mundanas, pois é criada uma imagem de uma política compromissada com determinadas idéias e de uma arte desinteressada que não deve se comprometer com nada a não ser consigo mesma. O escritor norte-americano William Faulkner é um dos autores que professa que a única responsabilidade do escritor é para com a sua arte. “O resto vai por água abaixo: honra, orgulho, decência, segurança, felicidade, tudo. (...) Se um escritor tiver que roubar sua mãe, não hesitará; a *Ode a uma Urna Grega*, de Keats, vale mais do que qualquer punhado de velhas.” (citação retirada do site de literatura de Alex Castro, em 7 de junho de 2006). E, contudo, se um escritor decidir se envolver politicamente, não deve fazê-lo pela sua arte e sim, como cidadão.

## 1. Cidadão X Escritor:

Ao meu ver, uma literatura pura, sem comprometimentos políticos, um escritor trabalhando em isolamento, é uma idéia um tanto utópica. Não podemos deixar de ver a literatura como uma prática cultural e política, pois ela trata de figuras – por mais irreais que possam parecer – com características que os relacionam, de algum modo, com a realidade. Os indivíduos não vivem numa ilha, num vácuo social, sendo assim, escritores sempre acabam falando do mundo que os rodeia, apesar de autores como Thomas Mann ainda mostrarem-se a favor do isolamento total, como conta Ernesto Sabato em seu livro: “Thomas Mann diz, em um de seus romances ou ensaios, que o homem solitário é capaz de enunciar mais originalidades e besteiras do que o homem social (...) certo isolamento bárbaro, como sempre teve o artista nos Estados Unidos, é fértil para a criação de algo forte e novo.” (SABATO, 2003, p.32). De qualquer maneira, esse homem em quarentena acaba criando através de símbolos - ou signo ideológico, que para Bakhtin “é material, multiacentual e histórico; está densamente carregado dos vestígios de seus empregos históricos e vive numa inter-relação dialógica com outros signos materiais.” (STAM, 1993, p.156). Ou seja, “mais do que um reflexo, uma sombra da realidade, é também em si, um segmento material dessa realidade.” (STAM, p.154). A literatura, então, é uma expressão da realidade do autor e, conseqüentemente, envolve também posturas políticas em relação a sua arte. Por isso, a obra de arte não pode ser compreendida e julgada isoladamente do seu contexto e de sua época, pois, segundo Sabato, ela “aparece unida à condição total e misteriosa do homem, reflexo e mostruário de suas idéias, angustias e esperanças, testemunho total do espírito de seu tempo (...) Significa que, se a obra de arte é uma estrutura, deve, por sua vez, ser considerada como integrante de uma estrutura mais ampla.” (SABATO, 2003, p. 25).

Dessa forma, uma literatura seguindo os modelos da “arte pela arte”, nos parece implausível, principalmente nos dias de hoje. Como mostra Brito Broca no seu livro *A vida literária no Brasil 1900*, o próprio Olavo Bilac, ícone da literatura parnasiana oitocentista no Brasil, em *Curso de poesia*, publicado na revista *Kosmos*, de 1904, protesta contra a imagem do poeta longe do estéril turbilhão da rua, homem à parte da sociedade, (re)tornando esse poeta um homem que segue “os trâmites normais da existência”. Outro poeta brasileiro, Ferreira Gullar, um dia envolvido com o movimento concretista - hoje por ele visto como um grupo de poetas afastados dos acontecimentos, que retomaram a busca pela poesia pura que não se alimenta de cotidiano -, nunca desistindo da sua vontade de captar a “complexa vibração da vida, nesse período alcançou um discurso que se desintegrava em uma tentativa de “encontrar uma linguagem menos abstrata, não conceitual do mundo”, atualmente revela que “sentí que era impossível seguir adiante nesse caminho e dei por encerrada a minha aventura poética.” (GULLAR, 2006, p.150). Hoje, com uma visão mais radical daqueles tempo, numa entrevista a José Castello para o jornal *O Globo*, na matéria *Lucidez Natural*, publicada no suplemento *Prosa e Verso* de 27 de maio de 2006, disse que os concretistas queriam que a poesia seguisse equações matemáticas e achando se tratar de uma tolice, uma utopia da qual não participaria, já que para ele a arte tem um compromisso com o real e dessa forma, arte e real não deveriam desunir-se. No entanto, isso não quer dizer que o real pode usar a arte. Numa entrevista para a *Folha Ilustrada*, em 21/12/2005, o poeta denunciou o dedo do governo Lula na literatura, desencadeando certa crise política e cultural envolvendo artistas e políticos de várias correntes ideológicas: “Quem cria arte é o povo, não o governo. [O governo] tem de criar condições para os artistas, não orientá-los [como vem acontecendo]”. No ensaio *Poesia e Ralidade*, Ferreira Gullar escreve sobre a questão da liberdade de criação e as influências legais sofridas pelo artista:

Pode-se afirmar, portanto, que, levadas em conta as condicionantes histórico-culturais, o fator decisivo na criação literária e artística é a personalidade do autor. Reside na inesgotável riqueza das interações dessa personalidade com o universo de significações sociais, afetivas e culturais, a possibilidade de surgimento da obra poética. Por isso mesmo, a criação literária, sem ser original em termos absolutos, não pode realizar-se segundo ditames impostos ao escritor. A liberdade é condição primeira para o exercício da literatura. O autor é, até o ponto em que a própria matéria poética não o ultrapassa, o único árbitro das decisões. Tais considerações, está claro, não pretendem sugerir a onipotência do poeta, mas, antes, por um lado, afirmar a sua responsabilidade pessoal e social em face da obra (...) (GULLAR, 2006, p.158).

## 2. De Andrade a Gullar:

O processo social-político nos anos 60, fez Ferreira Gullar abandonar as experiências de vanguarda dos concretistas e se envolver com o Centro Popular de Cultura até o fim do governo de João Goulart em 1964. Não foi o único poeta brasileiro idealizou e participou de uma ação política na esfera da arte e procurou trabalhar numa implementação da arte para a sociedade carente. Mario de Andrade numa carta a Murilo Miranda, de 11/11/1936, conta da troca de ações e o provável suicídio literário que acabara provocando, pois estaria relacionado, agora, a um governo e não mais a uma literatura que deveria construir idéias sem governantes:

E também você sabe, você sabe muito bem, Murilo, o que significou pra mim a minha... adesão ao Departamento de Cultura. Me lembro perfeitamente bem que disse também pra você que encarava isso como um suicídio [...] porque não podia agüentar mais ser um escritor sem definição política. O Departamento vinha me tirar do impasse asfixiante, ao mesmo tempo que dava ao escritor suicidado uma continuidade objetiva à sua "arte de ação" pela arte. Ia agir. Me embebedar de ações, de iniciativas, de trabalhos objetivos, de luta pela cultura. [...] Foi quando me propuseram o Departamento de Cultura. Percebi a possibilidade dum suicídio satisfatório e me suicidei. (Andrade, 1981, p. 39-40).

Mario de Andrade, segundo Renato Cordeiro Gomes em seu texto *Invasão da política nos terrenos da cultura*, apresentado no VII Seminário, achava que os artistas não deveriam ficar à margem dos acontecimentos. Utilizando ou não a arte como forma de propagar uma determinada visão política, eles deveriam unir-se aos cidadãos:

Si de alguma coisa pode valer o meu desgosto, a insatisfação que eu me causo, que os outros não sentem assim na beira do caminho, espiando a multidão passar. Façam ou se recusem a fazer arte, ciências, ofícios. Mas não fiquem apenas nisto, espiões da vida, camuflados em técnicos de vida, espiando a multidão passar. Marchem com as multidões. (ANDRADE, 1943, p.255).

Por causa desse envolvimento com a política, em 1944, Andrade foi acusado por "intelectuais puros" de se vender ao "mundano". Em uma entrevista ao periódico *Diretrizes*, se defendeu:

Ninguém pode cruzar os braços, ficar acima das competições sociais. É assim com a guerra, na luta das democracias contra os fascismos de todas as categorias (...) Todos participam da luta, mesmo contra a vontade. E se é assim o escritor tem de servir fatalmente: ou a um ou a outro lado. (ANDRADE, 1983, p. 104).

O autor deve ser o único árbitro da sua arte, como ressalta Gullar, e não deve permitir que questões políticas de outrem se infiltrem em sua obra - a menos que assim o queira. E também, não deve ficar em cima do muro com medo de que o lado político que tomar venha a acabar com seu prestígio artístico, como avisa Mario de Andrade. Ser autor de uma obra não é só buscar a inovação no meio artístico, mais também, no meio político, direta ou indiretamente pela figura de cidadão.

Uma das tarefas do escritor consciente – aquele idealizado por Sabato como “um ser integral que age com a plenitude de suas faculdades emotivas e intelectuais para dar testemunho

da realidade humana, que também é inseparavelmente emotiva e intelectual” (SABATO, 2003, p.190 -, segundo este, “seria a de entrever os valores eternos que estão envolvidos no drama social e político de seu tempo e lugar.” (SABATO, 2003, p.81), afinal, uma das grandes missões da literatura é: “despertar o homem que viaja com destino ao patíbulo”. (p.25). E talvez os escritores brasileiros modernistas tenham falhado de acordo com Mario de Andrade. Fazendo uma espécie de balanço em 1943, escreve que apesar do presente em que vive, dos sentimentos de nacionalidade e universalidade, “uma coisa não ajudamos verdadeiramente, duma coisa não participamos: o amilhoramento [sic] político-social do homem. E esta é a essência mesma da nossa vida” (ANDRADE, 1943, p. 255).

Silviano Santiago, no seu texto *Uma literatura anfíbia*, lido em 19 de abril de 2002, na John F. Kennedy Library de Boston, numa homenagem prestada ao Prêmio Nobel José Saramago – *Tribute to José Saramago*, explica ser comum o escritor brasileiro ter uma visão desse tipo, da arte como forma de conhecimento tão legítima quanto as ciências exatas ou sociais e da política como exercício da arte que busca o bom e justo. O autor deve ter consciência de que sua tarefa é escrever sobre o mundo em que vive e não, *como escritor*, procurar mudá-lo com atitudes distantes da literatura. Quem pode mudar alguma coisa é o leitor, isto é, *o cidadão*. Este sim, tem o dever de se conscientizar através da leitura. “Nós, escritores, temos considerado que a publicação em livro das obras literárias que imaginamos é tão importante quanto a ação persuasiva que este livro pode exercer no plano político, caso seja lido pelo restrito grupo social letrado que o consome, ou se noticiado ou comentado pelos meios de comunicação de massa.” (SANTIAGO, 2002).

### 3.A leitura política:

Se escrever é uma forma de provocação, ler também deve ser uma forma de protesto, isto é, a leitura e a escrita da literatura devem afetar a vida, fazer pensar sobre a condição humana, refletir sobre a vida. E, deste modo, se transformar em feito político. O leitor comum não se preocupa com jogos metalingüísticos e intertextuais, nem com uma realidade composta pelo artista a partir de elementos de sua própria consciência, e sim, com a forma como aquilo lhe insurge na alma.

O romance deve mostrar uma realidade ao leitor, ‘não uma realidade qualquer, mas uma escolhida e estilizada pelo artista, e escolhida e estilizada conforme sua visão de mundo, de modo que sua obra é, de alguma maneira, uma mensagem, significa algo, é uma forma que o artista tem de nos comunicar uma verdade sobre o céu e o inferno, a verdade que percebe e sofre. Não nos dá uma prova, nem demonstra uma tese, nem faz propaganda para um partido ou uma igreja: oferece-nos uma significação (...) pois os grandes romances não estão destinados a moralizar nem a edificar, não têm por fim adormecer a criatura humana e tranquilizá-la no seio de uma igreja ou de um partido; ao contrário, são poemas destinados a despertar o homem, a sacudi-lo do emaranhado anestésico dos lugares-comuns e das conveniências, são antes inspirados pelo Demônio do que pela sacristia ou pelo birô político.’ (SABATO, 2003, p.193).

Segundo Umberto Eco, a partir desse quadro de pontos dado ao leitor, este irá ligá-los em vista de uma reflexão própria. Já que o texto é “incompleto e preguiçoso”, ou seja, “uma mensagem permanece puro *flatus vocis* enquanto não for correlacionada, com referencia a um determinado código, ao seu conteúdo convencional” (ECO, 2004, p. 39). Neste âmbito, o leitor se torna um operador que deve saber interpretar os “espaços brancos do texto” e relacioná-los com o mundo em que vive. Mas tem que ser uma literatura que seja capaz de tirar o seu leitor e autor de seu centro, transformá-los, pois um texto que não muda seu criador ou leitor não exerce a sua função e acaba por ser inútil. A arte tem o dever de ser o anzol que pesca a unidade perdida de um homem partido, de uma sociedade em crise pelos ideais, transformando-se num

testemunho de um artista diante dos valores ruídos. Ou como Ferreira Gullar escreve: “pretendo que a poesia tenha a virtude de, em meio ao sofrimento e ao desamparo, acender uma luz qualquer. Uma luz que não nos é dada, que não nasce dos céus, mas que nasce das mãos e do espírito dos homens.” (GULLAR, 2006, p.152).

#### **4. Política e Literatura:**

É possível, então, separar o escritor do cidadão que escreve?

Se pensarmos bem, todos os movimentos literários são movimentos políticos dada a política cultural, isto é, uma forma de reger a cultura - estética e ideológica. Quando os parnasianos pensavam em escrever uma “literatura pura” feita apenas de arte e com interesse apenas na arte estavam criando toda uma política de imparcialidade política. Quando os árcades brasileiros ressaltavam uma poética clássica e criticavam a política da época em *Cartas Chilenas*, estavam com a pena contra a maré política reinante. O movimento modernista também não ficou para trás ao procurar uma política que não se rebaixasse aos estrangeirismos dos planos de Pereira Passos e que fosse genuinamente brasileira. Silviano Santiago, afirma que os melhores livros brasileiros do século XX apontam para a Arte – ao analisar a vanguarda estética europeia com seus “princípios individualizantes, libertadores e rígidos” – ao mesmo tempo em que apontam para a Política – ao procurar denunciar através da literatura não só o passado histórico colonial e escravocrata, como também os regimes ditatoriais na república - ressaltando que “a atividade artística do escritor não se descola da sua influência política; a influência da política sobre o cidadão não se descola da sua atividade artística. (...)”

E precisamente essa relação de reciprocidade que está em jogo quando no processo comunicativo ocorreu não só a literatura quer captar a política, como a política quer captar a literatura. São efeitos da ressonância que atuam sobre o público leitor. Numa ótica semelhante Andréas Huyssen, analisa os “fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes” que é a preocupação cultural e política com a memória. Neste sentido, “tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (HUYSEN, 2002, p.13).

Enquanto a história não é reescrita, memórias escritas servem de combustíveis para fogueiras em épocas de caráter totalitário – a ressonância dessas idéias continua queimando – por causa do efeito persuasivo que a escrita pode provocar.

O primeiro ato de censura que se tem notícia ocorreu em Portugal, antes mesmo da Inquisição (que só apareceu em 1536). Preocupado com as idéias consideradas perigosas ao regime, em meados do séc XV, foi instituída a censura real, pelo alvará de Afonso V, em 18 agosto 1451, que mandava “queimar livros falsos e heréticos”. Depois dele, a literatura mostrou-se perigosa às mentes mais fracas; fosse na alcova das sinhazinhas mais românticas ou nas salas de aula das universidades mais chinesas.

Por causa desse poder de persuasão da arte, a cultura se transformou num palco de luta social e a língua virou um campo de batalha para idéias conflitantes. Basta nos lembrar que no Brasil houve, por exemplo, uma briga por causa do uso excessivo de estrangeirismos na língua portuguesa e até um projeto de lei foi proposto pelo deputado Aldo Rabelo para impedir a maculação da nossa língua mãe. Em outras palavras, como confirma Stam, “tudo é político (...) Não há luta política que não passe também pela ‘palavra’. A língua e o poder traçam uma intersecção, todas as vezes que a questão da linguagem se envolve em arranjos assimétricos do poder.” (STAM,1993, p.157).

Sem se preocupar mais com a inovação estética da Semana de 1922, amarrada a um projeto de consciência do país, os artistas modernistas brasileiros procuraram liberdades estéticas de ordem social. O que gerou uma crise nos escritores, que deveriam optar por assumir um papel de intelectual ou assumir os problemas políticos de seu tempo e “a arte era ponta de lança de uma utopia”, resumiu Affonso Romano de Sant’Anna. A revolução de 30 obrigou os artistas a tomarem uma posição, que se projetou em suas obras e ser um escritor ou artista desinteressado passou a ser considerado quase um crime capital. Se em suas origens o Modernismo despertava antes uma revolução puramente estética, acabou transformando-se em projeto subjugado a interesses políticos. Pode-se dizer, portanto, que até 1926 o esteticismo definia a literatura, no entanto, quando as ondas políticas começam a adquirir consistência e importância, entre 1928 e 1939, a política passava a predominar em detrimento do projeto estético que só se torna novamente centro de realizações após 1945.

As inovações formais e temáticas do modernismo brasileiro, para o teórico da literatura Antônio Cândido, foram criadas e estabilizadas a partir da leitura dos romances e poesias que criticam a realidade social brasileira dado o fortalecimento da sua conscientização política durante a Era Vargas (CANDIDO, 1987, p. 186) e, ao mesmo tempo, uma forma de legitimação do Estado Novo em relação ao compromisso com a identidade cultural. Neste sentido, segundo Renato Cordeiro Gomes, procurava-se dar um aspecto unificador a um país de diversidades através do discurso numa época em que o romance ganha prestígio e popularidade (conhecida como a “era do romance brasileiro”, durante os anos 30 e 40) acompanhado por uma crescente modernização na indústria editorial. “Assim, elevado a gênero nobre e atual, o romance atrai a todos e participa da inquietação política e social, dando conta da modernização brasileira, como sugere Silviano Santiago (SANTIAGO, 1989, p. 77).”. Por causa desse interesse por uma literatura menos urbana e mais popular/brasileira, autores como Machado de Assis, segundo a revista *Cultura Política*, do Departamento de Imprensa e Propaganda, eram acusados de “darem as costas ao Brasil real” (GOMES, p.):

O Governo tem procurado servir à arte e à inteligência no Brasil, interessando na feitura e na decoração de seus edifícios o maior número possível de bons artistas, como também chamando a colaborar na solução dos problemas culturais os escritores e cientistas, mais eminentes da nossa terra [...]. Poder-se-á chamar a isto “arte oficial”, “literatura oficial, “ciência oficial”? Mas é a arte, a ciência, a literatura do Brasil. (Conversa com Carlos Drummond de Andrade sobre o caso Luís-Martins-Portinari. *Dom Casmurro*, Rio de Janeiro, 2 out. 1939)

## 5. Contemporaneidade:

Para Linda Hutcheon as produções literárias contemporâneas – rotuladas de pós-modernas – possuem uma “grande característica contraditória: são todas visivelmente históricas e inevitavelmente políticas, exatamente por serem paródicas em sua forma.” (HUTCHEON, 1991, p.43). Assim, ao re-trabalhar num novo contexto pressupostos modernistas e procurando ser historicamente conscientes, híbridas e abrangentes, elas radicalizam “as contradições do modernismo num enfoque explicitamente político.” (p.44). Neste âmbito parece-me proveitoso um olhar crítico sobre os argumentos desenvolvidos por Linda Hutcheon no seu ensaio, hoje clássico, *Moldando o pós-moderno: a paródia e a política*, que permitem situar a problemática em relação à produção literária atual, às formas de sua teorização e aos vínculos com a história. Analisando comparativamente as características da arquitetura e literatura pós-modernas, a teórica situa a questão básica em torno da figura paródica, segundo ela, expressando de forma contraditória, elos entre convenções estéticas do passado e a sua reinterpretação no presente. Neste processo emerge uma nova forma de discutir as fronteiras entre arte e mundo, desestabilizando posições convencionais de fechamento ao propor um modelo “que atua a partir

de uma posição que está dentro de ambos e, apesar disso, não está inteiramente dentro de nenhum dos dois.” (p.43).

Em sua proposta a arquitetura contemporânea oferece um modelo exemplar ao articular um projeto estético e político, porque sendo modeladora do espaço público esse projeto produz esse ato social e, ao mesmo tempo, propõe uma forma estética que o situa no contexto social e ideológico de sua produção e de sua recepção. O exemplo da arquitetura pós-moderna, que reúne, portanto, um projeto político com “um código estético coletivo compartilhado”(p.44), serve-lhe para ilustrar a relação entre passado e presente mediante a paródia, figura estilística bi-estrutural, que incorpora o passado e modifica-o no presente atribuindo-lhe sentidos novos e diferentes. Neste sentido, a paródia auto-consciente, lança luz sobre conceitos estéticos e sociais, porque não apaga o passado, mas o tematiza em momentos históricos modificados.

O modelo da arquitetura, ao mesmo tempo forma estética e uso social, transplantado para o sistema literário, revela visualmente a sua dinâmica social histórica e estética em contato com um público leitor concreto, em que o diálogo entre o modernismo e o pós-modernismo desponta como exemplo quando se analisam os argumentos dos defensores e detratores de um e de outro, que os dividem em reacionários e progressistas. Na visão de Hutcheon, por exemplo, se o formalismo do modernismo reduzia em muitas formas artísticas ao isolamento da arte com relação ao contexto social, o pós-modernismo revela que “a arte como discurso se vincula intimamente aos âmbitos político e social” (p.59). E desta forma, a arte contemporânea favorece a investigação da relação da ideologia e do poder.

## **6. Conclusões acerca da arte e da política:**

Em suma, podemos concluir que existem diversas e contraditórias perspectivas sobre os vínculos entre arte e política, que em sua extremidade polar podem ser formuladas do seguinte modo: uma política da arte que insiste na autonomia da arte descompromissada com a realidade e a que acentua seu papel político no sentido de oferecer respostas alternativas para a construção da sociedade. Neste segundo caso, podemos subscrever a afirmação de Russell: “iluminando a si própria, a obra de arte simultaneamente lança luz sobre as atividades da conceitualização estética e sobre a situação sociológica da arte.” (HUTCHEON, 1991, p.45). Nesta ótica a dimensão artística será sempre articulada com uma dimensão política, à medida que o escritor e leitor são marcados pelo contexto social e lingüístico em que vivem .

## **Bibliografia:**

- ANDRADE, M. de. **Entrevistas e depoimentos**. Org. Telê Porto Ancona Lopez. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.
- ANDRADE, M. de. **Cartas a Muirilo Miranda, 1934-1945**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil 1900**. 5ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.
- CANDIDO, A. . A revolução de 1930 e a cultura. In: **A educação pela noite & outras ensaios**. São Paulo: Ática, 1987.
- ECO, Umberto. **Lector in Fabula**. São Paulo: editora Perspectiva, 2004.
- GOMES, Renato Cordeiro. Invasão da política nos terrenos da cultura. In: **Literatura e Política**. Heidrun Krieger Olinto e Karl Erik Schollhammer (org.). Rio de Janeiro: 2006, no prelo

- GULLAR, Ferreira. **Sobre arte/ Sobre poesia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- HUTCHEON, Linda. Moldando o pós-moderno: a paródia e a política. In: **A poética do pós-moderno**. Rio de Janeiro: Imago, 1991, p.42-59.
- HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.
- SABATO, Ernesto. **O escritor e seus fantasmas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SANTIAGO, Silviano. Fechado para balanço (sessenta anos de modernismo). In: **Nas malhas da letra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- STAM, Robert. Mikhail Bakhtin e a crítica cultural de esquerda. In: \_\_\_\_\_. E. Ann Kaplan (org.). **O mal-estar no pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, p. 149-184.

**Bibliografia Linkografia:**

- CASTRO, Alex. **O dever do escritor**. Sobre Sites, 28/02/2003.  
<http://www.sobresites.com/alexcastro/artigos/deverescritor.htm> Acesso em: 7 de junho de 2006.
- GULLAR, Ferreira. **Você nasce poeta, diz Ferreira Gullar**  
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u56206.shtml>. Da Folha Online, 21/12/2005 .  
Acesso em: 7 de junho de 2006.
- RUSHDIE, Salman **Literatura e política são indissociáveis, diz escritor Salman Rushdie**  
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u51901.shtml>. Da Folha Online, 11/07/2005.  
Acesso em: 7 de junho de 2006.
- SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura anfíbia**.  
[http://publique.rdc.pucRio.br/revistaalceu/media/alceu\\_n5\\_Santiago.pdf](http://publique.rdc.pucRio.br/revistaalceu/media/alceu_n5_Santiago.pdf). Acesso em: 7 de junho de 2006.